

Evento: XXVIII Seminário de Iniciação Científica

ODS: 15 - Vida terrestre

SCHOPENHAUER E O PARADIGMA FILOSÓFICO DA REPRESENTAÇÃO

1

SCHOPENHAUER AND THE PHILOSOPHICAL PARADIGM OF REPRESENTATION

João Francisco Cocaro Ribeiro²

¹ Projeto de Iniciação Científica

² Bolsista PIIC/URI. Graduando em Direito pela URI, campus Santo Ângelo; e Teologia pela Faculdades EST. E-mail: joao-cocaro@hotmail.com

INTRODUÇÃO

“O mundo é minha representação” (SCHOPENHAUER, 2015, p. 3). Essa frase de Arthur Schopenhauer demonstra a clarividência filosófica do ser humano que conhece por meio do paradigma filosófico da representação. Para ele, “[...] o que existe para o conhecimento, portanto o mundo inteiro, é apenas objeto em relação ao sujeito, intuição de quem intui, numa palavra, representação” (SCHOPENHAUER, 2015, p. 3). Nesse sentido, tudo aquilo que pertence ao mundo está condicionado pelo e no sujeito, existindo somente para este.

Em verdade, tudo o que existe, existe para o sujeito, pois “aquele que tudo conhece mas não é conhecido por ninguém é o sujeito (SCHOPENHAUER, 2015, p. 5). Somente o corpo do sujeito é objeto de conhecimento, também denominado representação. Para Schopenhauer, o mundo como representação possui duas metades essenciais, a saber, o objeto e o sujeito. Quanto ao primeiro, sua forma é espaço e tempo. Quanto ao segundo, este está indiviso e inteiro em cada ser que representa. Essas metades são inseparáveis, vez que onde começa o objeto termina o sujeito. Essas metades limitam-se reciprocamente. As representações são classificadas em intuitivas e abstratas.

As *representações intuitivas* compreendem o mundo visível e suas condições de possibilidade. Trata-se do mundo e do espaço poderem ser pensados por si mesmos, separados de seu conteúdo e intuídos de imediato pois independem da experiência. As representações abstratas são determinadas pelo princípio de razão e seus respectivos conceitos são ligados em juízos

A esse respeito, o próprio Schopenhauer reconhece a grande descoberta de Immanuel Kant, isto é, o *a priori*. “Ainda, porém, que todo o nosso conhecimento comece com a experiência, nem por isso surge ele apenas *da* experiência” (KANT, 2015, p. 45). Com isso, tem-se a separação do conhecimento denominado *a priori* e do conhecimento denominado empírico.

No que segue, portanto, o conhecimento *a priori* independe de toda e qualquer experiência. Por

Evento: XXVIII Seminário de Iniciação Científica

ODS: 15 - Vida terrestre

outro lado, o conhecimento empírico tem sua fonte no *a posteriori*, e só se toma emprestado da experiência. Dentre os conhecimentos *a priori*, denominam-se puros aqueles em que não há nada empírico misturado. O conhecimento *a priori*, é o conhecimento que se explica por si só e não necessita da experiência para tal. A título de exemplo, Kant assevera (2015, p. 46),

Assim, diz-se de alguém que solapou os fundamentos de sua casa que ele poderia saber *a priori* que ela cairia, ele não precisava esperar pela experiência em que ela de fato caísse. Inteiramente *a priori*, contudo, ele não poderia mesmo sabê-lo. Pois teria de aprender antes, por meio da experiência, que os corpos são pesados e, por isso, caem quando lhes é retirado o suporte.

Entrementes, se portando, um juízo é pensado estritamente de maneira universal, onde nenhuma exceção seja admitida, por conseguinte, este juízo não é deduzido da práxis, logo vale simplesmente como um *a priori*. Se portando, uma proposição é pensada para com sua necessidade é, também, um juízo *a priori*. “A necessidade e a universalidade estrita são, assim, indícios seguros de um conhecimento *a priori*, e, também, pertencem inseparavelmente uma à outra” (KANT, 2015, p. 47).

Diante disso, a asserção, “todos os corpos são pesados”, é desde já, um juízo *a priori*, portanto, puro. No tangente a necessidade e a universalidade, sabe-se que todas as mudanças possuem uma causa, um “em virtude de...”, contendo assim uma nítida necessidade de conexão com um efeito. Um copo não deixa de ser um copo caso perca suas multifacetadas albergadas pela experiência e pelo decorrer do tempo (cor, dureza, peso etc.).

DAS REPRESENTAÇÕES INTUITIVAS E ABSTRATAS

O grande feito de Schopenhauer foi ter pensado o paradigma filosófico da representação por meio do princípio de razão, ao qual foi o tema de seu doutorado: *Sobre a quádrupla raiz do princípio de razão suficiente*. A pergunta diretriz que surge, então, é: o que é o tempo? O que é o espaço?

Pois bem. O tempo é uma grandeza infinita dada. Na intelecção de sua essência íntima, esse é a sequência de momentos. O presente é somente o limite sem extensão e contínuo entre passado e futuro. Sucessão é toda a essência do tempo. O espaço, ademais, é a possibilidade das determinações recíprocas das suas partes (posição). Surge, assim, a partir do mundo e do espaço, vale dizer, da perceptibilidade do princípio de razão, o conceito de matéria e a lei de causalidade. Para o misantropo alemão, a essência da matéria como tal é causalidade. “O ser da matéria é o seu fazer-efeito” (SCHOPENHAUER, 2015, p. 9). É no fazer-efeito que a matéria preenche o espaço e o tempo em sua ação sobre o corpo do sujeito, condicionando a intuição. Em conformidade com isso, Schopenhauer

Evento: XXVIII Seminário de Iniciação Científica
ODS: 15 - Vida terrestre

escreve:

Tempo e espaço, cada um por si, são também representáveis intuitivamente sem a matéria; esta, contudo, não o é sem eles. A forma, que é inseparável da matéria, pressupõe o *espaço*; e o fazer-efeito da matéria, no qual consiste toda a sua existência, concerne sempre a uma mudança, portanto a uma determinação do *tempo* (SCHOPENHAUER, 2015, p. 10).

A causalidade une espaço e tempo. Ela deve portar simultaneamente propriedades do tempo e do espaço, a citar, o fluxo contínuo do tempo com a permanência rígida e imutável do espaço. Nesses moldes, Schopenhauer destaca que a matéria envolve: a) simultaneidade; b) duração; c) mudança.

Cabe ressaltar que matéria e causalidade são o mesmo. O correlato subjetivo desta é o entendimento. É por meio do entendimento que se conhece a causalidade. A efetividade, isto é, o efeito (fazer-efeito), existe somente para o entendimento. A primeira aplicação do entendimento é a *intuição do mundo efetivo*. Essa intuição é o conhecimento da causa a partir do efeito, logo, toda intuição é intelectual. Essa primeira aplicação é o efeito imediato sobre os corpos que são denominados *objetos imediatos* do sujeito. Ademais, a intuição de outros objetos é intermediada por estes objetos imediatos. Esses conceitos clarificam-se no exemplo que segue:

Ora, assim como o nascer do Sol faz surgir o mundo visível, também o entendimento transforma de *um só golpe*, mediante sua função exclusiva e simples, a sensação abafada que nada diz em intuição. O que o olho, o ouvido e a mão sentem não é intuição: são meros dados. Só quando o entendimento passa do efeito à causa é que o mundo aparece como intuição, estendido no espaço, alterando-se segundo a figura, permanecendo em todo o tempo segundo a matéria, pois o entendimento une espaço e tempo na representação da *matéria*, isto é, eficácia (SCHOPENHAUER, 2015, p. 14).

Em primeiro lugar, sujeito e objeto precedem como condição de qualquer existência. O objeto já pressupõe sempre o sujeito. Noutros termos, o sujeito só existe para o objeto e o objeto só existe para o sujeito. Não há, com efeito, uma ponte que separe ambos, não há um conflito entre ambos. Objeto e representação são uma única coisa. O ser dos objetos intuitivos é, pois, o seu fazer-efeito. Ser é sempre ação.

Cada lei, doutrina, ou, melhor, causa e efeito, independente onde se exteriorize precisa ser conhecida e apreendida intuitivamente por meio do entendimento, antes mesmo da consciência refletida, da faculdade do ser que é a razão. Da mesma forma, também um animal intui, como objeto no espaço, a causa que faz efeito sobre seu corpo. A título de exemplo, um elefante que se recusa a passar por uma ponte, todavia visse sobre ela cavalos e homens passando, porque a estrutura da ponte lhe parecia muito frágil para suportar seu peso.

Evento: XXVIII Seminário de Iniciação Científica

ODS: 15 - Vida terrestre

Essa acuidade do entendimento supracaracterizada é denominada por Schopenhauer de *prudência*. Por outro lado, a carência de entendimento, a incapacidade para a apreensão imediata é denominada *estupidez e*, sendo assim, significa *obtusidade na aplicação da lei de causalidade*.

Entrementes, aquilo que é conhecido de forma correta por meio do entendimento denomina-se *realidade*. Em outras palavras, é a passagem correta do efeito, no objeto imediato intuído, para a sua causa. Neste sentido, aquilo que se opõe à realidade é a *ilusão*, e esta é o engano do entendimento. Ilusão é a confusão do ser.

A ilusão se dá quando um único e mesmo efeito pode ser produzido por duas causas diferentes, a citar, uma frequente e outra rara. Não cabe ao entendimento, pois sua atividade é direta e imediata, a empresa reflexiva e meditativa. Logo, o entendimento, na ilusão, não diferencia qual a causa que produz o efeito. A título de exemplo,

O bastão de aparência quebrada ao ser submerso na água; a imagem nos espelhos esféricos, que aparece um pouco atrás nas superfícies convexas, e bem adiante nas superfícies côncavas; bem como o aparente tamanho maior da Lua no horizonte comparado com o seu tamanho no zênite, algo que não é efeito óptico, visto que, como o micrômetro demonstra, o olho apreende a Lua no zênite até num ângulo visual maior do que no horizonte: é o entendimento que, por causa do brilho fraco da Lua e de todas as estrelas no horizonte, assume uma distância maior delas, avaliando-as como objetos terrestres conforme a perspectiva atmosférica, de modo que a Lua é tomada no horizonte como muito maior que no zênite, assim como a abóbada celeste é considerada mais estendida no horizonte, logo, achatada (SCHOPENHAUER, 2015, p. 28).

O entendimento é separado da razão. A razão, conforme Schopenhauer, é a faculdade de conhecimento que cabe única e exclusivamente ao ser humano. O entendimento cabe tanto ao homem quanto ao animal e é sempre irracional, por conseguinte, pode apenas intuir. Por outro lado, o saber é a faculdade inerente à razão. O homem sabe por meio da razão.

CONCLUSÃO

Por fim, de tudo que foi observado até aqui, pode-se concluir o seguinte: a epistemologia demonstrada no primeiro livro, vale dizer, na primeira consideração da obra *O mundo como vontade e como representação*, não parte do objeto ou do sujeito para obter o conhecimento ou para realizar a sua tarefa analítica, mas, sim, da representação que contém, por assim dizer, o sujeito e o objeto. A separação do sujeito e do objeto é a forma primária e essencial para o paradigma da representação. Viu-se que concerne ao objeto as formas, a saber, tempo, espaço e causalidade. Sendo, estas formas, essenciais ao objeto são, também, essenciais ao sujeito, podendo ser



Evento: XXVIII Seminário de Iniciação Científica

ODS: 15 - Vida terrestre

encontradas nele no seu *a priori* como foi tratado nas considerações a respeito da filosofia kantiana.

A filosofia é uma possibilidade finita do ser humano que é reduzido a um ente, logo, finito. Por outro lado, o conhecimento é infinito e toda ciência no sentido próprio do termo, compreendida como conhecimento sistemático guiado pelo fio condutor do princípio de razão, nunca alcança um alvo final, nem pode fornecer uma explicação completa e suficiente, porque jamais toca a essência mais íntima do mundo. Dessarte, o mundo, para Schopenhauer, é absolutamente representação e precisa do sujeito que conhece como sustentáculo de sua existência. O mundo objetivo como representação não é o único, mas apenas um lado do mundo, isto é, o lado exterior. O mundo ainda possui outro lado, a coisa em si, ao qual Schopenhauer trata na segunda consideração do livro *O mundo como vontade e como representação* e denomina de vontade. A vontade é a mais imediata das objetivações. O mundo como vontade pode vir a ser objeto de outra investigação.

REFERÊNCIAS

KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

SCHOPENHAUER, Arthur. *O mundo como vontade e como representação*, 1º Tomo. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2015.